

- XLVI -

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: PRÁTICAS ARTICULATÓRIAS E HEGEMONIA

Cibele M L Rodrigues

Fundação Joaquim Nabuco/PPGECI

cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

Karla Wanessa C de Almeida

PPGECI (UFRPE/Fundaj)

wanessaDeus@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as formações discursivas contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que tange à Educação Infantil, ancorada na reflexão de Myriam Southwell (2007; 2008; 2012). Partimos do pressuposto que a BNCC é, ao mesmo tempo, texto e discurso (BALL apud FIMYAR, 2014). No presente artigo serão analisados os contextos da influência e da produção do texto, contudo, a partir dos conceitos de hegemonia e prática articulatória de Laclau e Mouffe. Sendo assim, os contextos estão postos como artifícios heurísticos que auxiliam na compreensão dos processos políticos e o conceito de hegemonia para compreender as relações de poder (MAINARDES, 2006).

Ressalta-se que esse processo está permeado por diferentes sujeitos políticos, dentre eles, destaca-se o MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), definido como prática articulatória em torno da defesa da educação infantil (LACLAU, 2011). Nessa perspectiva teórica, a hegemonia é o processo político no qual um discurso particular obtém legitimidade ao ponto de parecer universal e necessário. Discurso mítico que se apresenta como a solução para um problema e por possuir fissuras e contradições permite os antagonismos (LACLAU, 1990). A partir dessa abordagem, realizou-se uma pesquisa qualitativa com análise documental das duas últimas versões da BNCC, bem como, observações no Encontro Regional Nordeste (2018) do MIEIB e entrevistas com lideranças do movimento e gestores do MEC.

CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E PRODUÇÃO

Para início da análise, é preciso considerar que a criação de uma Base Curricular estava prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, esse debate foi retomado a partir da implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos (Lei 11.274/2006). Nesse contexto, também se destaca a promulgação da Emenda Constitucional 59/2009 que trata da obrigatoriedade da matrícula para crianças a partir dos 4 anos. Esse processo culminou na reformulação das DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil) e na elaboração do Plano Nacional da Educação - PNE (2014-2024).

Esse conjunto de textos foi elaborado com forte influência dos movimentos sociais e tem como centralidade o discurso da educação como direito. Essa hegemonia foi constituída no governo Lula, a partir da “necessidade” de manter o diálogo com movimentos sociais e com empresários na construção das políticas sociais (RODRIGUES, 2009).

No caso da Educação Infantil, houve uma mudança na relação entre o MIEB e o MEC, com a nomeação uma integrante do movimento para a Coordenação de Educação Infantil. Nesse período, houve sistemática influência do movimento na agenda das políticas, materializada em uma vasta produção de pesquisas, livros, documentos e formações. Destaca-se a reformulação das DCNEIs, na qual o movimento foi o sujeito político hegemônico. Ao mesmo tempo, percebe-se nas entrevistas, um antagonismo no interior do movimento, por parte daqueles que acreditavam que essa participação era limitada pela hegemonia de outros sujeitos políticos.

Ao analisar o contexto da produção do texto, tem-se que a BNCC teve três versões e nossa análise se deterá nas duas últimas (2016; 2017). À primeira vista nota-se que, enquanto na segunda versão estão listadas as instituições (públicas), entidades de pesquisas, movimentos sociais, os quais estão vinculados os especialistas. Na última versão aparecem os nomes sem qualquer vínculo. É possível identificar figuras públicas de Institutos e Fundações privadas. Essa mudança indica a mudança de hegemonia no governo, a partir do golpe.

Na segunda versão da BNCC (2016), antes do golpe, o ponto nodal é a educação como direito - pública, gratuita e inclusiva. Por outro lado, na versão final, a educação apresenta-se como mola propulsora do desenvolvimento integral do cidadão (BRASIL, 2017). Dada a contingência das disputas, o discurso republicano se transmuta, em alguns aspectos, para o discurso liberal.

Nas práticas articulatórias vinculadas a esses acontecimentos, tanto no contexto de influência quanto na produção do texto, o discurso dos sujeitos políticos presentes converge em pelo menos dois consensos: a indissociação entre educar e cuidar e a compreensão das crianças como sujeitos “históricos e de direitos” (BRASIL, 2017). A organização curricular estruturada em cinco campos de experiências também é consenso. No entanto, na versão final, existe um aspecto que não é consenso presente na “síntese de aprendizagem”. Essa “síntese” contradiz o restante do documento por descrever um “modelo idealizado” de aluno. Deste modo, o discurso da BNCC comporta efetivas demandas e concepções dos movimentos sociais, mas tem sua tônica voltada aos discurso de avaliações, suscetíveis a privatizações (SOUTHWELL, 2012).

CONCLUSÕES

Um primeiro questionamento se dirige à suposta necessidade de uma Base Comum (LOPES, 2018; MACEDO, 2018). Esse (aparente) consenso foi construído e está presente na legislação como se esse fosse o único caminho e possibilidade para melhoria da qualidade da educação que funciona como inscrição de plenitude ausente (LACLAU, 1990). Em outras palavras, a Base iria suprir a “falta de qualidade”. Essa contradição faz emergir antagonismos e discursos contrários, no interior do MIEIB (e também fora dele). Embora existam divergências, predomina o discurso de apoio à BNCC, pois se considera que ela reflete e refrata as concepções contidas nas DCNEI’s. Reflete na medida em que consolida a Educação Infantil como constitutiva da Educação Básica. Refrata quando propões a “síntese de aprendizagem”. Essa “síntese” tem efeitos de normatividade interpelando mais fortemente os professores (MACEDO, 2018).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7821-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-1&category_slug=dezembro_2017pdf&Itemid=30192 Acesso em 03. Abr. 2018.

BALL, Stephen. “Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: Uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional”. In: **Currículo sem fronteiras**. V.6, n.2, p.10-32, jul/dez 2006.

FIMYAR, Olena. What is policy? In search of frameworks and definitions for non-Western contexts. In **Educate**. Vol. 14, No. 3, 2014, p. 6-21.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

MAINARDES, Jefferson. “Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais”. In: **Educ.Soc.** Campinas, v.27.94, p47-69, jan/abr, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do Currículo. In: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Fernandes. (Org.) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018 Disponível em <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf> Acesso 07. Fev.2019.

MACEDO, Elizabeth. “A base é a base”. E o currículo o que é?. In: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Fernandes. (Org.) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018 Disponível em <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf> Acesso 07. Fev.2019.

PLANK, David N. **Política Educacional no Brasil: Caminhos para a salvação pública**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

RODRIGUES, Cibele. **Cultura política e Movimentos Sem-Teto: as lutas possíveis**. 2009. 364 f. Tese (doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, Recife, 2009.

SOUTHWELL, Myriam. “Con la democracia se come, se cura y se educa...” Disputas en torno a la transición y las posibilidades de una educación democrática in CAMOU, Antoni; TORTI, Cristina e VIGUERA, Aníbal (Coord), **La Argentina democrática: los años y los libros**, Ed: Prometeo, 2007, Ciudad: Buenos Aires.

SOUTHWELL, Myriam. Política y educación: ensayos sobre la fijación del significado. Cruz Ofelia y Echevarría Laura (Coord.) **El Análisis Político de discurso: usos y variaciones en la investigación educativa**. Ed: Juan Pablos; PAPDI, México D.F., 2008.

SOUTHWELL, Myriam. SOUTHWELL, Myriam “Análisis político del discurso: posiciones y significaciones para la política educativa” in Tello C. (Comp.) **Política y epistemología de la investigación educativa**. Mercado de Letras. São Paulo; 2012.